



Anais da Assembléia

N° 124

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 93.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Ernani Pudell e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Toti Colapo e Rossoni (37). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, João Preis, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Severino Félix (16). Achando-se em licença o Sr. Deputado Orlando Pessuti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N.^o 119/94

Curitiba, 19.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar a Lei n.^o 9.661, de 15 de julho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel onde está instalada a Escola Estadual

Ermelino Matarazzo, no Município de Antonina.

Cabe esclarecer que a proposição ora formulada respalda-se em informações da Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que não há mais interesse daquela Pasta na utilização do referenciado imóvel, tendo em vista que a reforma e ampliação de salas de aula ali previstas, para oferecer condições à continuidade da ocupação, foram executadas na Escola Municipal Doutor Miranda Couto, em convênio com a FUNDEPAR, e que funciona bem próximo ao local.

Pelo exposto, não há mais necessidade da questionada desapropriação, em razão do que a mencionada Lei n.^o 9.661 perdeu seu objeto, devendo, portanto, ser revogada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - Fica revogada a lei n.^o 9.661, de 15 de julho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel onde está localizado o prédio da Escola Estadual "Ermelino Matarazzo", no Município de Antonina.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.^o 120/94

Curitiba, 19.10.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva regulamentar o art. 37 da Constituição Estadual, o qual trata dos direitos do servidor público estadual eleito para cargos de direção sindical.

A medida ora proposta é justa e oportuna, eis que vem propiciar a normatização necessária para o fiel cumprimento da referida disposição constitucional, atendendo, desta forma, mais um item da pauta de reivindicação do Fórum Sindical.

Vale ressaltar que a proposição, além de oferecer condições para o afastamento do servidor de suas funções, para o exercício do mandato de dirigente sindical, estabelece a proporcionalidade de dirigentes e servidor, por entidade de classe,

garantindo-lhes, ainda, a manutenção dos direitos funcionais, quais sejam, vedação de dispensa, inamovibilidade e manutenção de vencimentos e vantagens.

Cabe, ainda, esclarecer que a proposta em causa foi devidamente analisada por órgãos técnicos da Casa Civil e pela Procuradoria Geral do Estado, que se manifestaram favoravelmente à mesma.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, são assegurados os direitos inerentes ao cargo, a partir do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, ainda que na condição de suplente, salvo se ocorrer exoneração por justo motivo, devidamente apurada através de processo administrativo disciplinar.

Parágrafo Único - São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos não eleitos.

Art. 2º - É facultado às entidades sindicais representantes de servidores públicos estaduais do Estado do Paraná, solicitar às autoridades de maior hierarquia do órgão de lotação dos servidores eleitos para cargo de direção sindical, a liberação dos mesmos, na proporção de três dirigentes, mais um dirigente a cada dois mil servidores associados, por entidade sindical, até o limite de 08 (oito).

Parágrafo Único - A liberação de que trata este artigo será implementada mediante requerimento da entidade interessada, com prova da eleição e da posse na Diretoria do órgão sindical.

Art. 3º - Ao dirigente sindical liberto será garantido o afastamento do seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens de caráter pessoal e ascensão funcional.

Parágrafo Único - A liberação terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, por uma única vez.

Art. 4º - Ao dirigente sindical será garantida a condição necessária para o livre exercício do seu mandato, ficando vedada sua transferência ou remoção.

Art. 5º - O dirigente sindical liberto poderá, mediante requerimento, retornar ao exercício da mesma função e local de

trabalho.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/256, 257, 258 e 259/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

317/94: do TRIBUNAL DE CONTAS, que fixa a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 10.914. **Anote-se. Arquite-se.**

318/94: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que fixa, a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico mensal do Desembargador e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 10.915. **Anote-se. Arquite-se.**

320/94: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que fixa, a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico mensal do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 10.916. **Anote-se. Arquite-se.**

314/94: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o n.º 10.917. **Anote-se. Arquite-se..**

OF. N.º 1050/94-GP

Curitiba, 21.10.94

Senhor 1º vice-Presidente.

Com o presente, comunicamos a Vossa Excelência que, nesta data, estamos assumindo a chefia do Poder Executivo do Estado, em virtude de viagem do Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, aos Estados Unidos da América.

Outrossim, convocamos a Vossa Excelência a assumir a Presidência deste Poder Legislativo, enquanto perdurar o nosso afastamento.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 2319
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 219/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada BINGO e dá outras providências, tendo em vista ter esgotado o prazo do regime de urgência, aprovado em 10.08.94.

Sala das Sessões, em 24.10.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com o apoioamento abaixo assinado, em número exigido pelo Regimento Interno deste Poder, vem apresentar e REQUERER a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por 07 (sete) membros, com a finalidade de apurar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado, com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, no ano de 1992.

Sala das Comissões, em 24.10.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoioamento: Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Paulo Maia, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Alborghetti, Élio Rusch, Luiz Carlos Martins, Antônio Annibelli, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Namir Piacentini, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Hermas Brandão e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, na tentativa de escamotear a verdade dos fatos, produziu dois relatórios contraditórios sobre as denúncias - com indícios comprobatórios de ter havido superfaturamento na compra de 02 (dois) helicópteros com recursos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, sem que ficasse claro a lisura da Comissão de Licitação do processo licitatório para a aquisição dos 02 aparelhos.

Inúmeros documentos e depoimentos de autoridades técnicas do setor aeronáutico

comprovaram que os trabalhos da referida Comissão de Licitação não justificaram com adequados fundamentos técnicos a necessidade das Polícias Civil e Militar comprem estas aeronaves para suas operações.

As versões levantadas sobre o caso, entretanto, não foram consideradas num plano mais sério pelas autoridades do Executivo que participaram tanto da Comissão de Licitação quanto da Comissão que apurou as condições de compra dos aparelhos posteriormente. O caso ganhou inclusive uma Ação Popular através de iniciativa do Delegado Anibal Bassan Júnior, da Furtos e Roubos e tem inquérito transitando pela Delegacia de Crimes contra a Administração Pública.

Por todos estes indícios de irregularidades, proponho a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito neste Poder Legislativo.

OFÍCIO N° 35/94

Curitiba, 19 de outubro de 1994.

Senhor Presidente.

Em obediência ao que dispõe o art. 36 do Regimento Interno desta Casa de Leis e, em atenção ao despacho de Vossa Excelência, nos requerimentos de formação de CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL no ano de 1992, informamos que o prazo para sua conclusão será de no máximo 120 dias.

Atenciosamente

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com apoioamento abaixo assinado, em número exigido pelo Regimento Interno deste Poder, vem apresentar e requerer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por sete membros, com a finalidade de apurar o desvio, uso indevido e abuso de poder do cargo de Governador do Estado do Paraná, quando o Poder Executivo foi exercido pelo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 24.10.94

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoioamento: Emilia Belinati, Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Namir Piacentini, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Hermas Brandão, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia da Representação, ao TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Para-

nã, subscrita pelo candidato ao Senado da República o ex-Deputado Hélio Duque, teria o Sr. Roberto Requião, quando no exercício das funções de Governador do Estado do Paraná, cometido diversas ações que caracterizaram o desvio, uso indevido e abuso de poder, para obter vantagens eleitorais, ao aproveitar-se da máquina estatal.

Ora, vive a sociedade brasileira, num momento muito delicado com os métodos éticos de seus governantes, exigindo dos Poderes redobrada vigilância, para não deixar que, mais uma vez, venha registrar retrocessos - ante a decepção do clamor popular pela impunidade dos aproveitadores da máquina do Estado.

A denúncia do TRE, acompanhada de farta documentação, não pode ser ignorada por este Poder, exatamente porque temos a obrigação constitucional de exercer fiscalização sobre os atos denunciados.

É pois oportuno, antes que se inicie uma nova gestão, estude esta Casa, um controle eficiente de evitarmos esta prática condenável e abusiva de dilapidar os recursos públicos para a promoção eleitoral dos governantes. É de nossa competência e dever, apurar esta denúncia, atendendo clamor público que exige mais transparência.

(A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

OFÍCIO N° 34/94

Curitiba, 19.10.94

Senhor Presidente.

Em obediência ao que dispõe o art. 36 do Regimento Interno desta Casa de Leis e, em atenção ao despacho de Vossa Excelência, nos requerimentos de formação de CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar o desvio, uso indevido e abuso de poder do cargo de Governador do Estado do Paraná, exercido pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, informamos que o prazo para sua conclusão será no máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Atenciosamente
(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve; no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inclusão no requerimento de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito, o disposto no Artigo 36, parágrafo 3° do Regimento Interno, sobre citar o prazo de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis, para a CPI que tem por finalidade apurar os fatos de: irregularidades administrativas na compra de dois helicópteros, pelo Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.94

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a modificação do objeto da CPI que tem a finalidade de apurar as causas de "desvio, uso indevido e abuso de poder do cargo do Governador do Estado do Paraná", para: Irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do Governo Roberto Requião, com duração de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis, para o término das investigações, como o disposto no Artigo 36, § 3° do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 24.10.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2318

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, pela passagem de seu 82° ano de existência.

O Corpo de Bombeiros é formado por cidadãos que acima de tudo pensam na segurança dos paranaenses, muitas vezes colocando a própria vida em perigo para poder salvar pessoas que correm risco de vida.

A missão principal dos bombeiros é garantir a paz e a tranquilidade, que às vezes são interrompidas por incêndios, vendavais, enchentes, desmoronamentos e muitos outros problemas que aparecem quase que sempre em horas impróprias.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Comandante do Corpo de Bombeiros, Cel. QOPM Daniel Cezar Maingue, bem como a todos os bombeiros do Estado do Paraná, à Rua Nunes Machado, 130, CEP 80.250-000, N/Capital, e também ao 2° GI, de Ponta Grossa, à Rua Rosevelt, s/n°.

Sala das Sessões, em 24.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 47/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Colorado, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Alto Alegre.

"Partindo da foz do Córrego dos Quatro Saltos, no rio Bandeirantes do Norte, sobe pelo córrego dos Quatro Saltos até sua cabeceira de onde, em linha reta, alcança a nascente do córrego Cateto e por este abaixo até sua embocadura no Ribeirão Pedregulho, por este acima e acompanhando os limites com o Município de Nossa Senhora das Graças até atingir o rio Bandeirantes do Norte e por este abaixo até a foz do córrego dos Quatro Saltos, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.94.

(a) SEVERINO FÉLIX

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 353/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.94.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O governo gasta milhões de dólares todos os anos, para tratar apenas das pessoas que ficam inválidas por causa dos acidentes de trânsito. O motorista brasileiro de uma maneira geral desconhece a legislação de trânsito, e por isso não tem o mínimo respeito quando está atrás do volante de um veículo. A legislação atual tem falhas e protege o motorista imprudente. A mudança da legislação é urgente e precisa ser feita. Mas acima de tudo acreditamos que a solução para os problemas de trânsito seja uma só: EDUCAÇÃO.

Hoje as nossas crianças são as maiores vítimas do trânsito. Atravessam fora da faixa de pedestre, não respeitam a sinalização, e ao invés de estarem sentadas no banco de trás, ficam ao lado dos pais na frente do veículo, enfim, são diversas as causas de mortalidade infantil no trânsito, por desconhecimento e imprudência. Nos países do primeiro mundo a educação de trânsito é uma realidade. As crianças deixam a escola cientes daquilo que irão encontrar na rua. Portanto, por que não instalar a disciplina de educação de trânsito no Paraná, um Estado que sempre serviu de modelo para o resto do Brasil. Sabemos que existem dificuldades, mas temos

certeza que elas podem ser superadas facilmente.

Já encaminhamos à Secretaria Estadual de Educação duas cartilhas com todos os subsídios para instalação da disciplina. As cartilhas são dirigidas aos professores de 1º grau. O Instituto de Educação do Paraná possui um curso de especialização para os professores interessados em uma formação específica sobre educação de trânsito. Existem estudos dentro da Universidade Federal do Paraná para a instalação de um curso de Pós-Graduação em educação de trânsito.

Os atuais professores da rede estadual de ensino teriam apenas que passar por uma reciclagem para terem condições de ministrar a disciplina. O maior problema, para o Governo estadual é a falta de recursos. Empresários da área de transporte demonstraram interesse em patrocinar a confecção das apostilas. Deste modo, a facilidade para a implantação da educação de trânsito nas escolas públicas é incontestável. Não podemos aceitar que as pessoas fechem seus olhos para as milhares de mortes que acontecem todos os anos nas ruas e estradas brasileiras. Precisamos dar um basta nisso. O Paraná não pode ser mais conivente com este tipo de violência.

As perdas materiais podem ser recuperadas.

As vidas humanas, não.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. A mídia impressa e eletrônica registram constantemente, informações sobre a luta de quadrilhas nos grandes centros, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo estas fontes essa guerra é para dominar o mercado da droga.

Como fruto dessa guerra, ou usando-a como pretexto, o Estado intervém com mais violência, geralmente causando novas chacinas, além daquelas cometidas entre as gangs.

As quadrilhas ou gangs, tem suas ligações com a máfia nacional e ou internacional do narcotráfico que age com violência armada para enfrentar a do Estado. Mas ao contrário dos Estados, que agem em relação a sociedade civil de maneira opressora e paternalista, a máfia das drogas reprime a sociedade civil e mantém com ela - principalmente com os setores pobres - em muitas ocasiões uma relação assistencialista e paternalista. Com isto ganham seu apoio e proteção.

Sendo incapaz, ou não querendo agir - por interesses políticos e econômicos - os

Estados Nacionais não têm se articulado de acordo com a necessidade, a nível mundial, para combater esta máfia, que em contrapartida vem ganhando mais espaço de atuação e aumentando seu mercado de consumo. Consequentemente cada vez mais aumenta o número de vítimas que perdem suas vidas por consumir drogas, ou são assassinados por quadrilhas (máfias do narcotráfico) ou por policiais. Alguns, por denunciar os mafiosos ou os responsáveis pela impunidade a nível mundial, são presos.

O problema do tráfico de drogas não é limitado a alguns países, mas sim de âmbito mundial, tanto é que a Organização das Nações Unidas (ONU), em março de 1990, proclamou que de 1991 até o ano 2000, seria a "década contra o uso indevido das drogas", aprovando um programa de combate aos tóxicos em todos os níveis, da produção ao consumo, abordando inclusive a "lavagem de dinheiro".

A "Revista Cadernos do Terceiro Mundo" n° 176, traz uma matéria assinada por Roberto Bardini, que nos dá uma idéia remota da força econômica e política da "máfia das drogas" a nível mundial. Diz o articulista que o jornal "El Tiempo", de Bogotá escreve que "os narcotraficantes do Cartel de Medellin têm acesso às decisões do Conselho Nacional de Segurança e as mais secretas informações dos principais organismos de governo, assim como da embaixada norte-americana e do Departamento de Estado Americano antecipadamente as decisões tomadas por ministros, funcionários das Relações Exteriores, da Procuradoria Geral da Nação, da Suprema Corte da Justiça, do Exército e da Força aérea".

Não é a primeira vez que no mundo se denuncia o envolvimento de autoridades, nos mais diversos escalões, com o crime organizado. Em algumas ocasiões isto já foi provado, em outras, tudo ficou acobertado.

Na referida matéria, o jornalista afirma "que só o Cartel de Medellin lucra o equivalente aos laboratórios Ciba-Geigy, da Suíça", e que o tráfico de cocaína e heroína para a Europa e os Estados Unidos oscilava, em 1993, entre 10 e 43 bilhões de dólares por ano. Cita o livro "O império subterrâneo" de James Mills, quando diz que "as drogas não respeitam fronteiras e são vendidas em quase todos os países do mundo. São consumidas por pessoas de todas as raças, estratos sociais e idade. Os habitantes do planeta gastam mais dinheiro em drogas ilegais do que em alimentos, moradia, vestuário, atendimento médico ou qualquer outro produto ou serviço".

A máfia do narcotráfico é uma malha complexa que não envolve só o ilegal, o clandestino, os de baixo, os de fora da

lei. Não envolve só o plantador, o transportador, os trabalhadores dos laboratórios de refino, o policial corrupto e o vendedor. O negócio de droga é uma organização que permeia todos os níveis da sociedade que vai do simples plantador aos funcionários dos altos escalões governamentais, inclusive governantes, ministros, parlamentares e juizes.

Esta máfia precisa "lavar" o que arrecada, ou seja, seus dólares e, isto é feito através de empresas ou instituições financeiras nacionais e transnacionais. O maior banco, até agora, denunciado - 1988 - como envolvido nesta operação, é o Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), sétima instituição financeira do mundo, com sede em Luxemburgo e filiais em 72 países. Uma investigação internacional, apresentou evidências que o BCCI tinha "lavado" 32 milhões de dólares. "Cerca de 90 pessoas vinculadas direta ou indiretamente à instituição foram presas nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Argentina", segundo Roberto Bardini.

Segundo a Revista Veja de 25 de agosto de 1993, a Casa Piano do Rio de Janeiro, do doleiro Jorge Piano, foi acusada de transferência internacional de produto - dólares - de comércio de drogas. Teve mais de 38 milhões de dólares bloqueados por decisão da justiça americana.

Dois brasileiros, segundo a advogada Márcia Regina Bull, residentes nos Estados Unidos - Norberto da Rocha Keppe e Cláudia Bernhardt de Souza Pacheco - foram presos pela FBI, a mando do Ministro da Justiça dos Estados Unidos, Edward Meese, no aeroporto Kennedy, em New York, em 25 de junho de 1988, ao tentarem embarcar pela Pan Am para Londres onde iriam presidir o Congresso "A Breakthrough in Science and the New Psychotherapy for the 21st Century".

A alegação para a prisão foi a de ambos deixarem de preencher um formulário alfandegário onde deveriam declarar a quantia de dinheiro que portavam.

Na época do ocorrido - governo Sarney - o nosso País não cooperou no sentido de defender os direitos desses brasileiros nos Estados Unidos. O Governo brasileiro não agiu provavelmente porque a razão da prisão não era alfandegária, mas sim ideológica.

Nos Estados Unidos, Keppe e Pacheco, fundaram e trabalhavam na SITA, Sociedade Internacional de Trilogia Analítica (ISAT-International Society of Analytical Trilogy), faziam palestras e conferências em cursos, universidades e congressos. Também tinham programas semanais de rádio, publicavam jornais e livros, entre os quais citamos.

A Decadência do Povo Americano e dos

Estados Unidos (The Decay of the American People and of the United States, Proton Editora, 1985) e A Libertação dos Povos (Liberation on the People, Proton Editora, 1986).

O objetivo deste trabalho e dessas publicações era conscientizar a população das causas psíco-sociais das doenças, métodos de cura, sem medicamentos, recuperação de tóxico-dependentes e finalmente, o alerta sobre a patologia do poder econômico-social e o plano por eles desenvolvido de escravização dos povos, entre outras coisas, através do uso das drogas.

Alguns alunos da SITA, eram brasileiros vivendo nos Estados Unidos. Por serem do Brasil, foram buscar trabalho nas empresas e instituições brasileiras instaladas nos Estados Unidos tais como no Departamento Financeiro do Consulado do Brasil, SUNAMAN-Superintendência da Marinha Mercante, Casa Piano, Casa Vigo, Banco Safra, Ary Export, Vigo Remittance, Berta Brasil, etc.

Com o tempo constataram que alguma destas empresas ou instituições agiam irregularmente e estavam envolvidas com o tráfico de armas e drogas, além da remessa ilegal de dólares.

Tanto é que mais tarde, em 1993, a Revista Veja divulgou em nosso País que a Casa Piano pagou 6 milhões de dólares, de multa para o Tesouro Americano por ter servido para a "lavagem" de dinheiro.

Esta mesma casa esteve também envolvida no escândalo do Itamarati (conexão Cabo Frio) por transportar ilegalmente dólares para fora do País.

Em setembro de 1986 a SITA - por orientação de um oficial graduado que trabalhava no SNI (Sistema Nacional de Informação) - enviou dois dossies, um para o chefe da Comissão do Exército brasileiro em Washington e outro para a FBI em New York.

A partir deste trabalho e destas denúncias o casal começou a ter problemas nos Estados Unidos.

No período entre 1986 e 1988 o grupo da SITA sofre 52 processos judiciais, mais 500 processos administrativos, são vigiados, tem seus arquivos vasculhados e seu estúdio de gravação do programa de TV são incendiados. Vindo a culminar com a prisão supracitada.

Keppe e Pacheco foram soltos após três dias e meio sob protestos de amigos, clientes e entidades acadêmicas, após pagarem uma fiança de 1 milhão de dólares. Quantia esta, segundo os mesmos, arrecadada junto a amigos e parentes diretos.

Perseguidos pelo Estado Americano e não tendo os seus direitos respeitados tiveram que fugir para a Europa e, passados 6 anos da prisão o caso ainda não está

elucidado.

Se depender única e exclusivamente da vontade das autoridades constituídas a nível mundial, provavelmente jamais o será. Não há vontade dos mandatários do mundo tocar firme na questão das drogas - do plantio à lavagem do dinheiro - preferem alegar que as brigas são localizadas - como no Rio e em São Paulo - e não passam de disputas entre quadrilhas e gangs, isoladamente em cada País do mundo.

Estes dois brasileiros ao suspeitarem de envolvimento de empresários e autoridades (alguns brasileiros) com o tráfico de drogas a nível mundial, fizeram o que deveriam fazer, informaram as autoridades competentes e acabaram sendo vítimas de perseguição e prisão.

Através deste pronunciamento, somado a postura de outros cidadãos do mundo e auxiliado por requerimento já aprovado nesta Casa, pedimos as autoridades brasileiras que façam gestão junto aos Estados Unidos da América para que reabram este processo. Não é possível que nosso País assista passivamente o desrespeito aos direitos humanos.

Queremos, assim como querem Keppe e Pacheco a reabertura deste processo e que ambos tenham assegurado - e que o governo brasileiro garanta junto ao americano - todo o direito de defesa para que justiça seja feita. Queremos o fim de toda impostura das autoridades e dos governantes no que diz respeito ao tráfico de drogas a nível internacional.

Queremos que esses brasileiros através do processo reaberto, possam fazer a sua defesa e provarem para o mundo que são inocentes.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Fim do o horário do PT.

Não havendo mais oradores no Horário das demais Lideranças, passaremos à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1050/94, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Fessuti, constante do expediente, comunicando que nesta data estamos assumindo a chefia do Poder Executivo do Estado, em função de viagem do Excelentíssimo Governador do Estado, aos Estados Unidos da América. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais - ARLEP, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 301/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Florestal Tropicais de Desenvolvimento Auto-Sustentado, com sede no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 326/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública o Centro de Treinamento de Adolescentes de Rebouças, com sede e foro no Município de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/94, de autoria do Deputado Dúlio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, com sede e foro na Cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 546/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Dr. Ulisses Guimarães, com sede e foro em Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 546/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Dr. Ulisses Guimarães", com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Ulisses Guimarães", com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade de moradores, fundada em 21 de março de 1993, organizada e regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade exclusiva de dar atendimento educacional, cultural e social, aos seus associados e circunvizinhos do bairro.

Estamos empenhados em conseguir o apoio de nossos nobres Pares desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 546/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 546/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Ulisses Guimarães, com sede e foro em Curitiba.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 258/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 29.06.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 258/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Caíto Quintana, o Projeto de Lei n° 258/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, com sede e foro em Cascavel-PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 273/94, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação do Menor de Rua de Paranavaí, no Município de Paranavaí-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 94, de 08.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 273/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 273/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação do Menor de Rua de Paranavaí, no Município de Paranavaí-PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 276/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 94, de 08.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 276/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei n° 276/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 290/94, de autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Ayrton João Cornelsen. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 97, de 15.08.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 290/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

Curitiba, segunda, em 24.10.94

do Deputado João Preis, tem por objetivo conceder Título de Cidadania Honorária ao Engenheiro Ayrton Cornelsen.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/94, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa da Sopa Amor e Caridade, com sede e foro no Município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 108, de 12.09.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 324/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a "Associação Casa da Sopa Amor e Caridade", com sede e foro no Município de Guaíra - Paraná.

Os documentos acostados comprovam, que a Associação Casa da Sopa Amor e Caridade, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 017/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o art. 1°, quanto ao nome do município, da Resolução n° 009/92, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município que passa a denominar-se Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 017/94

P A R E C E R:

O projeto de Resolução n° 017/94, em tela, altera o art. 1°, quanto ao nome do

Município, da Resolução n° 009/92, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município que passa a denominar-se "Ariranha do Ivaí", desmembrado do Município de Ivaiporã.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2319 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2318, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2320, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do Deputado eleito Edgar Bueno aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado.

Requerimentos n°s 2314 e 2315, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, com apoio dos Senhores Deputados: Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Rossini e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do Prefeito de Rosário do Ivaí e do técnico agrícola responsável pela Casa Familiar Rural de Rosário do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 546/93, 258, 273, 276, 290 e 324/94;

e do Projeto de Resolução n° 017/94.

Levanta-se a sessão.

Indústria & Comércio

Política

POLÍTICO, ECONÔMICO, FINANCEIRO E AGRÍCOLA

Curitiba, quarta, 19/10/94 B1

Abuso de poder econômico

Ação cautelar para antecipação de provas contra Requião é deferida

Hélio Duque, autor do processo, considera decisão histórica

O despacho do Corregedor Regional Eleitoral, des. Silva Wolff, é o seguinte:

MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO

O Des. Haroldo Bernardo da Silva Wolff, Corregedor Regional Eleitoral, nos autos de Medida Cautelar Incidental de Produção Antecipada de Prova cumulada com a de Busca e Apreensão, nº 102/94, sendo representante Hélio Moacyr de Souza Duque e representado Roberto Requião de Mello e Silva.

MANDA aos Oficiais de Justiça "ad-hoc" deste Tribunal que, em cumprimento ao presente mandado dirijam-se nesta Cidade, Rua Cap. João Zaleski, 175, Vila Lindóia, e Rua Prof. Helena Dionísio, nº 11, Capão Raso, residência de Maria Jurema Mexiko e Alaíde de Fátima Andrade, respectivamente, e procedam à BUSCA E APREENSÃO dos documentos originais das fotocópias dos relatórios da SAE/CC, conforme fotocópia do despacho de fls. 26 e 27, anexo, do qual lhes será dado ciência.

CUMpra-se

DADO E PASSADO nesta Cidade de Curitiba, aos 11 de outubro de 1994. Eu (a) ilegível Assessoria da Corregedoria, lavrei a presente.

(a) Des. SILVA WOLFF
Corregedor Regional Eleitoral

DESPACHO

1. A presente medida cautelar, ordenada como incidental da Representação nº 88/94, que tramita nesta Corregedoria, objetiva a busca e apreensão dos documentos originais das fotocópias dos relatórios da SAE/



Roberto Requião de Mello e Silva

CC, que correspondem às cópias de fls. 32 a 36, 246 a 252, 254 a 331, 334 a 352 (1º volume) e 353 a 450 (2º volume), que, por serem clandestinos e descaracterizados, como oficiais do governo do Estado (não pertencem ao acervo do Executivo) foram retirados do local onde se encontravam e agora estão em poder das funcionárias Maria Jurema Mexiko e Alaíde de Fátima Andrade, manifestando, por isso, o requerente fundado receio de que, por qualquer motivo, não mais venham a ser encontrados, por não pertencerem ao acervo oficial e pela peculiar condição de sua clandestinidade.

2. O pedido veio bastante fundamentado e demonstrados estão os pressupostos do fumus boni iuris e do periculum in mora, na medida em que estando já as respectivas cópias instruindo a ação principal (de representação), em que se instaurou a investigação judicial de que trata o art. 22, da Lei Complementar nº 064/90, para a apuração do desvio, uso indevido e abuso do poder do cargo de governador do Estado, os documentos originais indicados se mostram necessários à instrução probatória e certamente poderão contribuir para a eficácia da tutela jurisdic-

cional pretendida.

Permanecendo em mãos de terceiros, tais documentos correm o risco de destruição e desaparecimento, dado o seu caráter clandestino, havendo, pois, probabilidade de virem a ser sonegados à Justiça Eleitoral, prejudicando sensivelmente a investigação judicial já instaurada.

Em tal situação, faculta o art. 22, VIII, da supracitada lei, que o Corregedor, mesmo de ofício, adote providências "quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro", ordenando o respectivo depósito.

Certo é, também, que, diante das circunstâncias, justifica-se a providência da antecipação da prova, considerando-se a necessidade premente e urgente de se preservar a prova documental (originais), porque concorre na espécie o perigo e o risco de, mais tarde, não poder fazê-lo.

E para esse fim, recomendável se afigura a medida da busca e apreensão, diante dos fatos deduzidos, agora examinados em cognição sumária, ante a iminência de lesão grave

e de difícil reparação à coisa, a possibilidade de seu desaparecimento e, sobretudo, do justo receio de que tal ocorra.

Daí porque concedo a medida liminar, determinando a expedição do competente mandado, observados os requisitos do art. 841 do C. P. C. no que couber, que deverá ser cumprido por dois oficiais de justiça, acompanhados de duas testemunhas (art. 842, parágrafo 2º) para presenciarem a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado, assinando-o com as mesmas testemunhas (art. 843).

3. Defiro, outrossim, a providência requerida relativamente à extração de cópias autenticadas (duas) dos documentos que forem apreendidos, para os fins indicados na parte final da petição inicial.

Determino expeça-se, após efetivada a diligência, o mandado citatório para que o requerido no prazo de cinco (5) dias conteste o pedido, indicando as provas que pretendo produzir. Os documentos pleiteados na ação cautelar foram entregues à Justiça Eleitoral pela funcionária pública Alaíde de Fátima Andrade.

Consistência das provas

Em declarações sobre a decisão da Justiça Eleitoral, Hélio Duque afirma:

"É fato inédito na recente história política deste Estado, a decisão agora tomada pelo egrégio TRE, objetivando o esclarecimento de uma nova modalidade de crime eleitoral. A consistência das provas anteriormente encaminhadas à Justiça Eleitoral, e agora com o apensamento dos documentos originais (apreendidos) configura fato da maior gravidade.

Urge que a Justiça não permita, possa o ex-governador continuar fugindo da citação judicial, já expedida há dias pelo TRE. O perfil de fujão demonstrado na campanha, quando correu do debate público por mim proposto, caracteriza o medo e o pavor de que está possuído. De mim ele conseguiu fugir, da Justiça não fugirá. O oficial de Justiça que está em seu encalço haverá de encontrá-lo e ainda resta o caminho legal da citação por hora certa ou mesmo por edital, alternativas de que dispõe a Justiça, mas que coloca numa posição ridícula quem já foi governador de Estado. Até porque este é o caminho usado para enquadramento de criminosos comuns.

O Paraná ficará estarelecido com o volume de provas e fatos delituosos, usando o dinheiro público, praticados pelo Sr. Requião no Governo do Estado".

TRE tem novas provas contra Requião

A Justiça Eleitoral apreendeu documentos originais da Secretaria de Assuntos Especiais do Governo do Paraná que poderão servir de provas contra o senador eleito Roberto Requião (PMDB) em processo por crime eleitoral. O material revela pedidos e autorizações para a aquisição de selos e envelopes sem o timbre do governo para uso

pessoal do candidato. A documentação será anexada ao processo que Hélio Duque move contra ele por uso ilegal da máquina administrativa. Peemedebistas tentam uma trégua na briga Requião-Mário Pereira. Álvaro Dias quebrou o silêncio e desejou boa sorte a Jaime Lerner.

PÁG. 7

Índustria & Comércio

artins

CURITIBA, QUARTA, 17 DE OUTUBRO DE 1994

DIÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO, FINANCEIRO E AGRÍCOLA

Justiça determina apreensão de documentos contra Requião

Decisão ocorreu em medida cautelar para a produção de prova

A Justiça Eleitoral obteve documentos originais da Secretaria de Assuntos Especiais da Casa Civil (SAE/CC) que poderão servir de provas contra o senador eleito Roberto Requião (PMDB) em processo por crime eleitoral. O material foi entregue na corregedoria eleitoral por Alaide de Fátima de Andrade, funcionária do Palácio Iguaçu, e será anexado ao processo movido por Hélio Duque (PSDB) contra Requião pelo uso indevido da máquina administrativa.

Os documentos revelam pedidos e autorizações para a aquisição de selos e envelopes sem o timbre do governo para o envio de correspondências de Requião. Entre as correspondências listadas por Duque como sendo de interesse pessoal do ex-governador está o prospecto "Há outro caminho", com sugestões do governo do Paraná ao plano econômico do governo Itamar Franco. Esse material foi despachado pelo Palácio Iguaçu para todos os membros do Congresso Nacional, ministros, governadores. Assem-

bleias Legislativas e magistrados, entre outras autoridades.

Conforme despacho do corregedor eleitoral Haroldo Silva Wolff, datado de 11 de outubro, vários originais de documentos da SAE/CC estavam em poder de duas funcionárias públicas - Alaide de Andrade e Maria Jurema Mexiko. Por tratar-se de documento público nas mãos de terceiros, Silva Wolff expediu uma medida cautelar para que os

oficiais de Justiça apreendessem o material nas casas de Alaide e Maria Jurema.

Para Hélio Duque, a obtenção de documentos originais do governo repre-

senta um avanço no andamento do processo. Ele criticou ontem o fato de Requião não ter sido citado até o momento pela Justiça Eleitoral. "O ex-governador continua fugindo da citação judicial já expedida há dias pelo TRE. O perfil de fujão demonstrado na campanha, quando correu o debate público por mim proposto, caracteriza medo. De mim ele conseguiu fugir, mas não fugirá da Justiça", afirmou Duque. (Sucursal de Curitiba)

**Documentos
serão anexados
ao processo por
crime eleitoral**

6 Folha de Londria

POLÍTICA
Uso da máquina

Quarta-feira, 19 de outubro de 1994

Obtidas novas provas contra Requião

Documentos da Casa Civil revelam aquisição de selos e envelopes para a correspondência particular do ex-governador

O corregedor regional eleitoral, desembargador Haroldo Bernardo da Silva Wolff, determinou busca e apreensão de documentos originais, na ação por uso indevido, desvio e abuso de poder do Estado que o candidato a senador, Hélio Duque, move contra o ex-governador e senador eleito, Roberto Requião de Mello e Silva.

No despacho, Silva Wolff

diz ter concedido a medida liminar de busca e apreensão porque se afigura, "diante dos fatos deduzidos, agora examinados em cognição sumária, ante a iminência de lesão grave e de difícil reparação à coisa, a possibilidade de seu desaparecimento e, sobretudo, do justo receio de que tal ocorra".

O autor da ação, Hélio Duque, explica que os documentos, objeto da decisão judicial,

integraram o processo ao qual ele deu entrada no Tribunal Regional Eleitoral, antes do pleito de 3 de outubro, sobre o uso abusivo da máquina pública, pelo ex-governador do Paraná. E reitera: "O Paraná ficará estarrecido com o volume de provas e fatos delituosos, usando o dinheiro público, praticados pelo sr. Roberto Requião de Mello e Silva, no Governo do Estado."

Página B1

Fechando o cerco 2

Auditoria no Del Paraná pode envolver Requião

João Pedro de Amorim Jr. e Mirian Gasparin de Oliveira

O presidente do Banco Del Paraná, Alceu Carlos Preissner, contra-atacou as pressões que vem sofrendo devido a um atrito político encabeçado pelo ex-governador Roberto Requião de Mello e Silva. Segundo ele, a inadimplência de 40% que lhe foi deixada de herança pelo ex-presidente do banco, Heitor Wallace de Mello e Silva - primo do senador eleito de mesmo sobrenome -, foi fruto de "má administração." "O banco não tinha presidente. Ele vinha uma vez por mês ao Paraguai para atividades festivas", disse. Wallace de Mello e Silva havia assumido o Banco Del Paraná na mesma época em que seu primo entrara no governo, e deixou a vaga para Preissner, que assumiu em abril deste ano.

Hoje o banco brasileiro-paraguaio está passando por um processo de auditoria, solicitada pelo próprio presidente da instituição no dia 4 deste mês, e que, segundo ele, poderá "pegar Roberto Requião de Mello e Silva". Preissner não quis, no entanto, adiantar em que o ex-governador estaria envolvido. "O resultado da auditoria servirá como resposta", respondeu ao I&C. Auditores do Banestado estão encarregados do processo que ainda não tem prazo de entrega.

SITUAÇÃO

A inadimplência, segundo o atual presidente, foi reduzida para 7% e a instituição está em processo de crescimento. Preissner adiantou que o Banco Del Paraná deverá encerrar o ano com um lucro de US\$ 3 milhões, ou o equivalente a toda a lucratividade apresentada em seus 12 anos de existência. "Esta é a melhor fase da história do banco", disse, e acrescentou que é uma pena que a instituição tenha sua imagem distorcida e sujeito à dependência política. "O simples fato de ser um banco estatal já é uma dificuldade.

Entretanto, bem estruturado, seu lucro seria incalculável", frisou.

O Del Paraná conta com depósitos da ordem de US\$ 100 milhões. Deste total, US\$ 71 milhões somam a carteira de empréstimos e os US\$ 29 milhões restantes estão depositados na agência do Banestado em Nova Iorque. O patrimônio do banco é de US\$ 4 milhões.

Desde que Preissner assumiu a presidência do banco, o Del Paraná passou do 11º para o 3º lugar em depósitos em guarani e do 13º para o 2º lugar em depósitos em dólar. A previsão é de que o banco com capital brasileiro e paraguaio deva fechar o ano na primeira posição no ranking dos bancos com agências no Paraguai.

DESEMPENHO

O desempenho positivo do banco foi justificado por seu presidente, que deixará o cargo quando da posse do novo Governo do Paraná, à reestruturação das agências tidas como chaves, localizadas nas cidades de Pedro Juan Caballero, Ciudad Del Este, Assuncion, Salto Guairá e Vila Rica, bem como à contratação de pessoal qualificado procedente de bancos brasileiros e paraguaios. Para dar suporte a este crescimento, disse Preissner, foram feitos investimentos pesados na área de informática.

O Del Paraná solicitou ao Banco Central do Paraguai a abertura de mais 12 agências, que se somariam às 13 hoje existentes no país vizinho. Entretanto, informou Alceu Carlos Preissner, a autorização não foi dada porque o banco precisa acrescentar ao seu capital cerca de US\$ 4 milhões, para atender à legislação bancária paraguaia.

Esta importância, segundo Preissner foi solicitada, mas não foi repassada pelo Banestado.

O capital do Del Paraná é composto por 65% de ações do Banestado e 35% de capital paraguaio. Sua função principal é dar apoio financeiro aos brasileiros.

Indústria & Comércio

Fechando o cerco

Polícia deve chamar Mello e Silva a depor esta semana

Fuad Nassar



DEL ANTONIO LUIZ SERRA DA SILVEIRA
O rascunho do fax foi encontrado em 30 pedaços

A Polícia Civil do Paraná deve convidar ainda nesta semana o senador eleito Roberto de Mello e Silva para prestar esclarecimentos sobre o rascunho do fax ofensivo ao governador Mário Pereira encontrado no lixo de seu escritório político. Foi o que garantiu ontem o delegado responsável pela investigação, Antonio Luiz Serra da Silveira, da Delegacia de Crimes Contra a Segurança Pública, durante a apresentação do laudo que oficializa que a minuta foi realmente achada no comitê de Mello e Silva. "Ele vai ser convidado e, se não aparecer, será intimado", disse o delegado.

Segundo Silveira, já existem contatos com os advogados de Mello e Silva, Alair Ribeiro dos Reis e Mozart Quadros, e a previsão é que até o final desta semana ele deverá se apresentar. Ontem Roberto de Mello e Silva estava viajando.

A mensagem rascunhada e dividida em 30 pedaços foi encontrada na última quinta-feira no lixo do escritório

político de Mello e Silva, no qual os policiais entraram mediante mandado de busca e apreensão. Na lauda datilografada havia três correções manuscritas que podem levar ao conhecimento de um possível co-autor do crime. "Está oficializado que o rascunho foi encontrado no comitê, falta comprovar a autoria. Queremos encontrar o autor intelectual do ato", afirmou o encarregado das investigações.

Dez pessoas citadas como funcionários do comitê estão sendo intimadas a depor. Até ontem foram três os depoentes: Ruth Maria Figueiredo, Célia Nely do Prado e Sirlei de Paula Leite, que afirmaram não ter envolvimento no caso. A unanimidade foi que eles tomaram conhecimento do fato através da imprensa. Todos os intimados, incluindo o senador eleito, deverão fornecer amostras de grafia para serem analisadas e comparadas no exame grafotécnico. O material só será entregue ao Instituto de Criminalística após o término dos depoimentos.